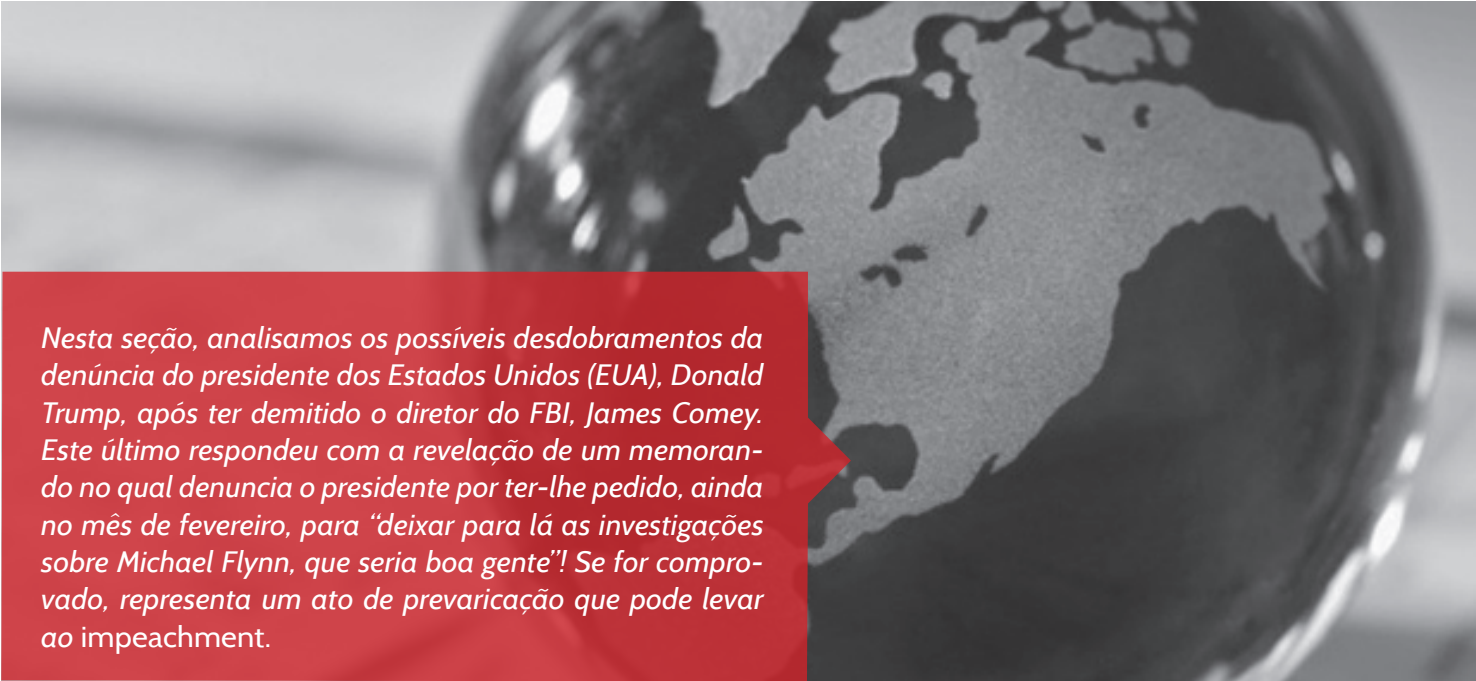


INTERNACIONAL



Nesta seção, analisamos os possíveis desdobramentos da denúncia do presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, após ter demitido o diretor do FBI, James Comey. Este último respondeu com a revelação de um memorando no qual denuncia o presidente por ter-lhe pedido, ainda no mês de fevereiro, para “deixar para lá as investigações sobre Michael Flynn, que seria boa gente”. Se for comprovado, representa um ato de prevaricação que pode levar ao impeachment.

ESTADOS UNIDOS À LUZ DE POSSÍVEL IMPEACHMENT DE TRUMP

Durante a campanha eleitoral para a presidência dos EUA, em 2016, veio à público que a candidata do Partido Democrata, Hillary Clinton, usou um servidor particular de internet e não o usual do Departamento quando ocupou o cargo de secretária de Estado, entre 2009 e 2011, o que poderia ter exposto milhares de documentos a hackers e vazamentos ameaçando a segurança do país. Constatou-se também que ela não formalizou ou pediu autorização para usar o servidor privado.

No entanto, após uma investigação sobre um pacote de quase trinta mil e-mails enviado por intermédio deste servidor, o diretor do FBI, James Comey, anunciou na época que o feito de Hillary foi descuidado, mas não representava má fé e assim ele não recomendaria seu indiciamento.

Porém, a menos de onze dias da eleição, o mesmo Comey, anunciou que o FBI iria investigar outro pacote de e-mails enviado através do mesmo servidor privado. Este anúncio foi “música” para os ouvidos do candidato do Partido Republicano, Donald Trump, que subiu o tom das críticas à adversária dizendo que “se fosse presidente, a prenderia por atentar contra a segurança nacional”. Posteriormente, revelou-se que não se tratava de um “pacote” e sim de meia dúzia de

e-mails sem importância, mas o estrago estava feito.

Aparentemente, James Comey, no início não quis se indispor com a candidata considerada favorita pelas pesquisas. Posteriormente, quis agradar o candidato que venceria as eleições, dando-lhe um importante elemento de campanha. Inicialmente, ele foi mantido no cargo, pois o mandato usual dos diretores do FBI é de dez anos, mas acabou demitido na primeira quinzena de maio sob a justificativa de Trump de que ele “não estava fazendo um bom trabalho”, mas aparentemente não se submeteu às solicitações do presidente Donald Trump.

Contra Trump, no final da campanha e após sua posse, pesaram denúncias de que ele teria sido apoiado por hackers russos que teriam interferido nas comunicações da campanha da adversária. Para corroborar essa tese, somaram-se as declarações do presidente Putin de que preferiria a vitória de Trump, as declarações do próprio Trump de que não apoiava as sanções dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) contra a Rússia e que achava que não era de interesse dos Estados Unidos imiscuir-se em assuntos internos de um país distante como a Síria, hoje apoiada pelos russos.

A pressão política exercida pelo Partido Democrata após a eleição levou o FBI a também investigar supostas ligações de assessores de Trump com autoridades russas. No início de seu governo, foi descoberto que seu conselheiro para Segurança Nacional, Michael Flynn, havia se reunido com o embaixador da Rússia nos EUA, Sergey Kislyak, para discutir as sanções aplicadas contra este país. Porém, ele teria mentido para o vice-presidente, Mike Pence, sobre o conteúdo da conversa. Acabou demitido e entrou na lista dos investigados.

Há pouco mais de uma semana, Trump demitiu o diretor do FBI, James Comey, que respondeu com a revelação de um memorando onde denuncia o presidente por ter-lhe pedido ainda no mês de fevereiro para “deixar para lá as investigações sobre Michael Flynn, que seria boa gente!”. Se for comprovado, representa um ato de prevaricação do presidente que pode levar ao seu impeachment. Esta possibilidade foi reforçada pela informação de que Trump também teria solicitado aos diretores da Agência Central de Inteligência (CIA) e da Agência Nacional de Segurança (NSA) que tentassem impedir as investigações do FBI sobre o suposto envolvimento russo na campanha.

No entanto, a continuidade das negociações provocou a nomeação de um ex-diretor do FBI, Robert Mueller, como Conselheiro Especial da investigação, por ação do vice-secretário da Justiça, que tem autonomia para este tipo de iniciativa.

Embora um deputado do Partido Democrata pelo Texas, Al Green, tenha apresentado um pedido de impeachment contra Trump, não tem havido maiores mobilizações neste sentido. Porém, uma pesquisa da empresa Public Policy Polling aponta que 48% dos estadunidenses são a favor do impedimento do presidente, contra 41% que são contra. Um forte obstáculo a esta possibilidade é o fato de os republicanos terem maioria nas duas casas legislativas e aparentemente os democratas preferem vê-los se desgastando com as trapalhadas de Trump do que arriscar substituí-lo pelo vice-presidente, Mike Pence, igualmente conservador e autoritário, porém com maior experiência política.

O problema é que frequentemente nos Estados Unidos, quando a “coisa aperta em casa”, o presidente

cria um conflito no exterior. Um que apelou para este expediente para não ser impedido foi o então presidente democrata Bill Clinton, em 1998, quando estava sob ameaça de perder o cargo devido ao seu caso com Monica Lewinsky e a forma como respondeu a isso. Uma oportuna guerra contra a Sérvia para promover a independência do Kosovo mudou a agenda da imprensa do país e ele foi ajudado também pela parcialidade do procurador-geral, ele se safou.

Agora, no Oriente Médio, a nova administração estadunidense resolveu apoiar explicitamente a política israelense de colonização da Palestina ao nomear um novo embaixador que tem defendido publicamente o direito do governo israelense de construir novas colônias nos territórios ocupados. O primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, já anunciou o início destas construções como forma de testar o comportamento de Trump frente ao tema, o qual chegou a mencionar a possibilidade de transferir a Embaixada dos EUA em Israel para Jerusalém Oriental, outro território ocupado.

No entanto, mesmo assim, Trump tem tomado iniciativas para intermediar a realização de negociações diretas entre o governo de Israel e a autoridade palestina, inclusive incluindo Israel e a Palestina na rota de sua primeira viagem internacional. Tem insistido que um acordo de paz é difícil, mas não impossível de alcançar. Entretanto, sem revelar como isso seria feito, ele fala de um “supremo acordo de paz”.

Outro país da região em seu roteiro de viagem foi a Arábia Saudita, a quem vendeu um lote importante de armamentos no valor de 110 bilhões de dólares para começar. Em Riad, deixou claro quem são seus aliados preferenciais na região ao atacar duramente o governo iraniano, cujo presidente acabou de ser reeleito e foi um dos responsáveis pelo abandono da construção de armas nucleares que permitiu melhorar um pouco as relações com os países ocidentais, EUA incluído, além de atuar em conjunto com a Rússia contra o Estado Islâmico na Síria.

Os EUA, apesar de não existir estado formal de guerra com a Síria e das declarações iniciais de Bush de que “os EUA não deveriam se meter em conflitos externos do outro lado do mundo”, deflagraram unilateralmente uma agressão ao país, bombardeando-o

com dezenas de mísseis no dia 6 de abril. A justificativa para o ataque foi o suposto uso de armas químicas contra um dos grupos rebeldes que, segundo Donald Trump, foi feito pelo governo de Bashar al-Assad. Foi uma desculpa dura de engolir, pois o arsenal sírio de armas químicas foi destruído há alguns anos sob supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), justamente para não proporcionar justificativas para um eventual ataque estadunidense que o presidente Obama ameaçava desencadear na ocasião.

Poucos dias depois, a força aérea estadunidense arremessou uma superbomba, MOAB – GBU43, sobre determinada região do Afeganistão, que supostamente teria matado 37 militantes do Exército Islâmico. Poucos dias atrás, os EUA voltaram a bombardear a Síria, desta vez foi um comboio de aliados do governo sírio, atitude classificada como inaceitável e violadora das normas internacionais pelo governo russo, aumentando a tensão mundial alguns graus.

Como o presidente Assad, da Síria, é considerado um ditador nos EUA e que ainda por cima estaria “intoxicando mulheres, crianças e idosos com armas químicas”, está posto um cenário que pode melhorar os índices de popularidade de Trump, como demonstra o fato de os cinco principais jornais do país publicarem dezoito colunas sem críticas a Trump, a não ser que ele poderia ter sido mais duro. (<http://fair.org/home/five-top-papers-run-18-opinion-pieces-praising-syria-strikes-zero-are-critical/>)

Neste quadro de busca de protagonismo bélico dos EUA, a tensão também aumentou entre Washington e Pyongyang nas últimas semanas. Com declarações belicosas vindas dos dois lados, há pelo menos uma “guerra falada”, conjuntamente com a ameaça de uso de bombas atômicas. A região vive certamente um dos momentos de maior apreensão desde a Guerra da Coreia.

A Coreia do Norte tem realizado sucessivos testes com mísseis de médio alcance com o objetivo de desenvolver a tecnologia para mísseis intercontinentais, pois se possuir a tecnologia de bombas atômicas é um fator importante de dissuasão, possuir os meios de atingir outros continentes é muito maior. Como seu objetivo é conquistar espaço na mesa de discussões das grandes potências, a tecnologia de mísseis é cru-

cial, porém, não interessa aos grandes membros do clube atômico mundial que os norte-coreanos cheguem a este ponto. No dia 22 de maio, o Conselho de Segurança, mais uma vez, condenou os testes realizados e prepara-se para ampliar as sanções aplicadas à Coreia do Norte, inclusive com apoio da China, que é um player fundamental nesta dinâmica, já que ela é o principal destino das exportações da Coreia do Norte e, por isso, tem grande poder de barganha frente ao país para mitigar sua expansão militar.

Nesta situação, o que pode ajudar é a eleição do candidato de centro-esquerda do Partido Democrata, Moon Jae-In, nas eleições presidenciais na Coreia do Sul no último dia 9/5, com cerca de 40% dos votos. Em segundo lugar, ficou o conservador Hong Joon-Pyo, com 25%. Seu governo pretende realizar rupturas significativas com o programa de sua antecessora, Park Geun-Hye, destituída por corrupção, sobretudo na tradicional disputa geopolítica com a Coreia do Norte.

Durante quase dez anos a presidência da Coreia do Sul esteve nas mãos dos conservadores, alinhados às vontades dos EUA e com posturas militarizadas em relação à Coreia do Norte. Isto beneficiou os estadunidenses, já que os sul-coreanos se mostraram fiéis aliados na defesa da segurança da região. Moon, por seu turno, pretende mudar este contexto. Ele defende o diálogo e a aproximação com Pyongyang, ao mesmo tempo que propõe sair da sombra das asas norte-americanas. O presidente eleito não viu com bons olhos a implementação do escudo antimísseis na Coreia do Sul por parte de Donald Trump, por exemplo.

Porém, o cálculo entre se afastar dos EUA e manter conversas amistosas com o vizinho do norte deve ser meticuloso. E não será fácil. O Partido Democrata não detém a maioria das cadeiras no parlamento, perdendo em números para os conservadores: 120 a 127. Também, deve-se levar em consideração a ânsia histórica dos norte-coreanos em reunir a península e como o sul seria um alvo fácil de sua artilharia ou na pior das hipóteses de suas bombas nucleares.

Ou seja, há espaço aberto em várias regiões para Trump jogar sua “carta” agressiva, caso a política doméstica desande e ele certamente o fará, pois não tem nenhuma outra iniciativa positiva na política externa atual para apresentar à opinião pública.